



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Objeto – Impugnação ao edital – Pregão Presencial nº. 064/2019

Impugnante – AIR LIQUIDE BRASIL LTDA

Autoridade encarregada do Julgamento – Pregoeiro e Equipe de Apoio

RELATÓRIO

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, já devidamente qualificada, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao edital do Pregão Presencial nº 64/2019 (Processo nº 86/2019), vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Após a publicação do edital, a empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, apresentou **IMPUGNAÇÃO** sob as seguintes alegações:

“De acordo com o disposto no edital, este processo licitatório contempla a participação exclusiva de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), senão vejamos”

“À luz do que dispõe a Lei nº 8.666/93 sobre as finalidades do procedimento licitatório, constitui um dos objetivos da licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo vedado aos agentes



públicos a inclusão de cláusulas restritivas no edital, salvo o que for permitido em lei.”

Verifica-se que a Impugnação, ora apreciada, é tempestiva e observa os elementos previstos na legislação aplicável e o edital convocatório, em seu item 14, pelo que deve ser conhecida, analisada e decidida.

Em síntese, a impugnante argumenta que a Administração Pública deve retirar no edital a exclusividade para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI).

Esclareço que o presente Edital foi analisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica do Município de Monte Carmelo/MG, nos termos do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

Cabe ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Além do que, o interessante para a Administração Pública é a participação de mais empresas no certame visando o princípio da economicidade, o que obviamente é contrário a qualquer restrição de competição.

Acerca dos questionamentos apresentados, passamos a nos manifestar nos seguintes termos, expondo abaixo as ponderações que fundamentaram a decisão final:

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, Art. 47 ***“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à***



inovação tecnológica.” e Art. 48, Inc I “Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);”. Verificamos no presente processo administrativo foi observado o princípio da legalidade, sem qualquer subjetividade.

Verificando a conformidade com o Art. 48, foi observado que há um número maior que três fornecedores enquadrados como ME ou EPP na fase interna (pesquisa de mercado). Além do mais, foram levados em conta, processos ocorridos recentemente, Pregões 56 e 57 onde compareceram 19 e 17 empresas respectivamente, todas enquadradas e qualificadas como ME ou EPP, em que houve grande disputa, não prejudicando a vantajosidade e economicidade, tendo em vista que os Objetos dessas licitações supracitadas são consideravelmente idênticos ao do presente certame, entende-se que há inúmeras empresas que possam atender ao objeto, não tendo fundamentação a alegação de restrição apresentada pela impugnante.

Ademais, o Ministério Público de Contas do estado de minas gerais, através do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello (TCE-MG), emitiu parecer acerca do tema, referente ao processo 131/2017, pregão presencial 84/2017, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, que elucidou o seguinte entendimento, vejamos:

“Compulsando os autos é possível aferir que se encontra correta a previsão constante do Anexo I do Edital, fls. 34/35, no sentido de que os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33, 35, 36, 37 e 38 do objeto pretendido são reservados



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

exclusivamente para as empresas definidas como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI), uma vez que nenhum dos mencionados itens licitados ultrapassou o valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) ”.

DECISÃO

Diante do exposto, nega-se provimento a presente Impugnação, tendo em vista dos fundamentos lançados acima.

Monte Carmelo, 22 de Agosto de 2019.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO

Pregoeiro